

DEFERIDO no
termo das informações
Porta, em sessão da Câmara do Executivo
3 de Janeiro de 1918



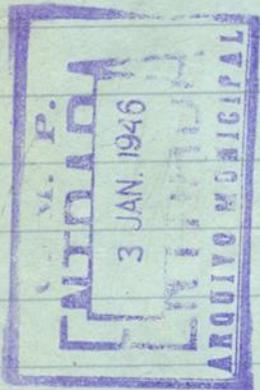
Para remeter
ao Conselho
19-~~XI~~-917
Registada
n.º 84
Pretoria 18
20-XI-1917

*Fls. 7
Linha*

Em
Ex. Câmara

Para entrar no Livro Municipal da quantia de
R\$. 10400 de acordo da informação
foi passada e a qual M. que nesta data
foi enviada a Câmara.
Rep.º da Câmara Municipal de Johannesburg

Manoel Gonçalves da Cunha,
proprietário, morador na rua do Bom-jer-
dim nº 1090, pretende construir uma
pequena casa nas terras do referido
predio, igual a um que ali já possui e
cuja construção teve deferimento por esta
Câmara, em sessão de 8 de Março
do corrente ano



Referido predio e para habitação
Dele pedisse a Câmara
se digna conceder-lhe a respectiva licen-
ça, para que faça planta em dupli-
cado, com respectivos alçados e mais
documentos.

Porto, 8 de Outubro de 1917

*Simão Tel. 10
de 8 de Junho de 1918*

1091

Seu
Manoel Gonçalves da Cunha
Aprovado com a condição de
aportar a nova edificação
no da antiga

21-XII-917





CMP
AG

40

Affirmada

Porto, em sessão da Comissão Executiva

3 de Janeiro de 1918

Fls. 17
Silva

Manoel Gonçalves da Cunha,
pretende construir uma pequena casa nas
trancinas do seu estabelecimento situado na
rua do Bom Jardim n.º 1090. A madeira
a empregar, será de pinho e de castorinho.
A cobertura, será de telha. Os conductores
das águas pluvias, serão de chapa de ferro.
O tubo de queda e a bacia da latrina, se-
rão de louça vidrada. A fesseca, será reves-
tida interiormente a argamassa hydrau-
lica. Os alvêres, serão asfaltados. A cha-
mine, será de tijolo, com os anquios inte-
riores arredondados e separados ^{em} 2,15 dos
maderamentos mais próximos.

Porto, 8 de Outubro de 1917



Registo } N.º 1091 R.E. 420
Data 11-10-917

Licença } N.º
Data
CMP AG

Câmara Municipal do Porto

3.ª Repartição — Obras Públicas

EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: *construção de casa*

Requerente: *M. Barroel Gonçalves da Cunha*

Morada:

Situação da obra: *rua do Bom Jardim, 1090*

Responsável:

- A)** No projecto apresentado é
- de 48.40 m², a superfície total coberta, incluindo anexos;
 - de 39.55 m², a superfície total habitável (útil);
 - de m^l, a extensão horizontal total das fachadas voltadas para a via pública;
 - e de 29.0 m^l, a menor distância d'aquelas a esta;
 - de 4.70 m^l, a altura média da mais alta das fachadas;
 - e de m^l, a altura média da mais baixa das fachadas.

Tem *um* pavimentos de nível superior ao do sólo circunjacente, ~~aguas-furtadas e lojas~~
de pavimentos mais baixo que o sólo.

Destina-se a *habitação*

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.

Declaração de responsabilidade:

O projecto

B) pelo que respeita ás prescrições do Código de Posturas em vigor e do Regulamento de Salubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sôbre a altura das fachadas (art.ºs 5.º e 6.º do R. de S.)
- b) sôbre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.º do art. 6.º do R. de S.) *Satisfaz*
- c) sôbre quartos de dormir e dormitórios (art. 13.º do R. de S.)
- d) sôbre as dimensões das janelas (art. 11.º do R. de S.)
- e) sôbre páteos e saguões (art.ºs 19.º e 20.º do R. de S.)
- f) sôbre escadas interiores (§§ 1.º e 2.º do art. 9.º do R. de S.)
- g) sôbre portas, janelas, balcões ou mostradores nos andares térreos (art. 146.º do C. de P.)
- h) sôbre alpendres, sôbre-céus ou cobertura de portas, avançando sôbre a via pública (art. 146.º e seus §§ 1.º e 3.º do C. de P.)
Nota: a superfície da projecção de alpendre na via pública é de ^{mq}; a taxa anual a que se refere o § 2.º do art. 146.º do C. de P.) poderá ser de Esc.
- i) sobre peões salientes junto das hobreiras dos portaes (art. 132.º do C. de P.)
- j) sôbre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.º do C. de P.) *Satisfaz*
- k) sôbre beirais e calões dos telhados (§ 1.º do art. 136.º do C. de P.) *Satisfaz*
- l) sôbre tubos de queda (art. 25.º a 35.º inclusivé, do R. de S. e § 2.º do art. 136.º, art. 148.º, 149.º e 168.º do C. de P.)
- m) sôbre sifões e tubos de ventilação (art. 36.º a 41.º inclusivé do R. de S.)
- n) sôbre latrinas, pias, urinois e outros esquadroiros (art. 42.º a 47.º inclusivé)
- o) sôbre fôssas (art. 48.º a 53.º do R. de S.)
- p) sôbre as condições a que devem satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terrêno confinante (art. 18.º do R. de S.)
- q) sôbre a defêsa das parêdes contra a humidade vinda capilarmente dos alicerces (art. 10.º do R. de S.) ou vinda dos telhados (art. 16.º do R. de S.) *Satisfaz*
- r) sôbre a defêsa dos pavimentos térreos contra a humidade (art. 9.º do R. de S.) *Satisfaz*
- s) sôbre chaminés (art. 129.º e 130.º do C. de P.) *Satisfaz*
- t) sôbre alojamento para animais (art. 54.º e 55.º do R. de S.)
- u) sôbre edificios para reuniões públicas, como egrejas, teatros, etc., e para officinas (art. 12.º do R. de S.)
- v) sôbre os terrênos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.º e 2.º do R. de S.)
- x) sôbre construções ou instalações onde possam depositar-se imundícies, como cavalariças, currais, vacarias, lavadoiros, fábricas de productos corrosivos ou prejudiciais para a saúde pública, etc. (art. 3.º do R. de S.)
- y) sôbre terrenos vizinhos de cemitérios (art. 4.º do R. de S.)
- z) sôbre a salência de varandas cobertas, balcões, *bow-windows*, etc.

C) sob o ponto de vista architétónico

D) pelo que respeita á estabilidade

Condições a impôr:



43

Alinhamento: _____

Nível de Soleiras: _____

Depósito: *1000*

Observações: *1) Mais inden. para a obra em campo da*

*D' C. de M. Sanitárias
Presente a Com. de M. Sanitárias
em sessão de 21-12-917, foi apro-
vado com a alínea de fiança
afastada a casa a construir, 5 de
edificação que já existe.*

*Informo que o pedido está assen-
sado e autorizado com a condi-
ção supra.*

*31-12-917
O Eng. Chefe
Ferreira*

M. C.

Camara Municipal



da Cidade do Porto

CMP
AG

44

ANNO CIVIL DE 1918

Guia de entrada de depósito Nº 18

Despacho de 3 de Janeiro de 1918

Dinheiro corrente	1000
Papéis de crédito	000
Total Esc.	<u>1000</u>

Pela presente guia vai Manuel Gonçalves da Cunha entrar no Cofre desta Municipalidade com a quantia de dez mil escudos em dinheiro

como depósito de garantia às condições em que lhe foi concedida licença N.º 10 desta data para construir uma casa nas fazendas do predio N.º 10 da rua rua do Benjardim.

quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 8 de Janeiro de 1918

O Chefe dos Serviços de Fazenda,

[Signature]

Recobi a quantia de dez mil escudos supra mencionada.

Tesouraria Municipal do Porto, em 8 de Janeiro de 1918

Registada

Em 8 de Janeiro de 1918

[Signature]

O Tesoureiro,

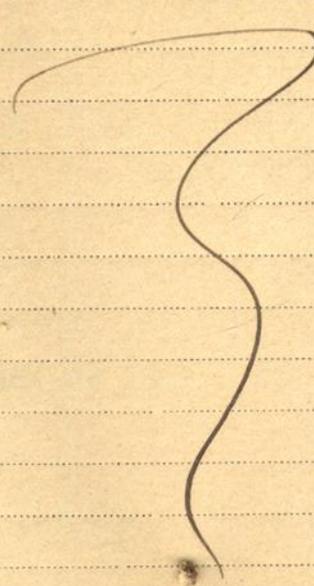
[Signature]



Municipalidade do Porto

Concede-se licença a *Manoel Gonçalves da Cunha*

para que possa *construir uma casa nas Terras do*
predio nº 1090 da rua do Bonifardim, confor-
me o projecto que lhe foi aprovado em 3 do cor-
rente, com a condição de ficar afastada a casa
a construir, 5,0 da edificação que já existe.



Pôrto e Paços do Concelho, 2 de Janeiro de 1918

(a) *Manoel Hever de Azevedo* - 10 *Cafal*
pelo Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.
Vice
Presidente da Comissão Executiva,

(a) *Relisio Melo*

Desta, emolumentos para a
Câmara..... 1500
Impresso.. 502

(a) *Alven*
Registada.
Costa

Depositou na tesouraria da Câmara a quantia de *20500*
000 conforme a guia n.º *10*